

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 605.875 - SP (2014/0283369-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **R SPERANDIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - MICROEMPRESA**  
**ADVOGADO** : **MARCO ANTONIO PIZZOLATO E OUTRO(S) - SP068647**  
**AGRAVADO** : **EMPRESA ELETRICA BRAGANTINA S A**  
**ADVOGADO** : **JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO E OUTRO(S) - SP126504**  
**ADVOGADOS** : **CAMILA SVERZUTI FIDÊNCIO - SP147000**  
**THIAGO MUNARO GARCIA**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/1973, art. 544) contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 213):

INDENIZAÇÃO - INSTALAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA - PEDIDO DE REEMBOLSO DOS VALORES GASTOS IMPROCEDÊNCIA - RESPONSABILIDADE DO LOTEADOR PELAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA BÁSICA DE LOTEAMENTO - CUSTO REPASSADO AOS ADQUIRENTES DOS LOTES - SUCESSO DA DEMANDA QUE IMPLICARIA EM ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA LOTEADORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - VERBA FIXADA EM DESACORDO COM O TRABALHO DESEMPENHADO PELO PATRONO - PEDIDO DE REDUÇÃO - NECESSIDADE. SENTENÇA REFORMADA NESSE SENTIDO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Na origem, cuidam os autos de ação declaratória e indenizatória ajuizada pela recorrente contra EMPRESA ELETRICA BRAGANTINA S.A., concessionária de serviços públicos, na qual se discute a respeito da responsabilidade pelo custeio das obras de construção de rede elétrica em loteamento urbano.

É o relatório.

Decido.

A matéria se insere na competência das Turmas integrantes da egrégia Primeira Seção. A propósito, confira-se o AgInt no AREsp n. 1.034.775/SP (Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 20/05/2019).

Em face do exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Análise e Classificação de Temas Jurídicos e Distribuição de Feitos, para que proceda à redistribuição do feito a uma das Turmas que integram a Primeira Seção (art. 9º, § 1º, XIV, do RISTJ).

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator